

Depuração consequente

Eduardo Brito

Poucos se lembram hoje do incidente. Um deputado federal goiano, afastado para desempenhar função de secretário de estado, desentendeu-se no trânsito com um motorista de ônibus, seguiu-o, arrombou a porta do veículo a pontapés e descarregou seu revólver sobre o adversário do momento. Deixou correndo a cena do crime para evitar o flagrante e só parou de correr no Congresso, onde reassumiu gostosamente o mandato parlamentar, refestelando-se nas imunidades constitucionais. Nada lhe aconteceu.

Embora o caso tenha quase se apagado na memória dos cidadãos, ele juntou-se a muitos outros e contribuiu para associar ao Congresso, com laços muito especiais, a idéia de impunidade. Não por acaso, alguns anos antes, um simplório deputado do interior do Paraná, eleito com pouco mais de dois mil votos pela sobra de legendas resultantes da avalanche eleitoral do então MDB, foi informado das prerrogativas inerentes às novas funções, interessou-se pelas imunidades e perguntou, enfim, com os olhinhos brilhando:

“Quer dizer que pode até matar a própria mulher?”

Impunidade, no Brasil, está longe de constituir uma característica exclusiva do Legislativo, antes muito pelo contrário. Mas o gesto da Câmara dos Deputados, ao afastar o hoje ex-deputado Jabes Rabelo, pode muito bem marcar uma virada nessa imagem. Tal virada, aliás, já vinha ocorrendo de forma menos espetacular, com a disposição da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para conceder permissão para processar deputados acusados de delitos comuns.

Não poderia a Comissão continuar a garantir imunidade para os parlamentares alvos de acusações que nada têm a ver com o exercício do mandato, admite seu presiden-

te, o deputado peemedebista José Natal. Na verdade, os excessos resultam, ou resultavam, do trauma decorrente do caso Márcio Moreira Alves — questão típica de exercício de função parlamentar — e das pressões militares que tiveram ainda longa duração.

Para esta nova postura pesou o susto que o povo pregou ao Congresso nas eleições do ano passado, mandando de volta a Brasília apenas 12 por cento dos senadores e 27 por cento dos deputados que tinham mandato a renovar. A lição calou fundo. Sob o comando sensato dos presidentes Mauro Benevides e Ibsen Pinheiro o Congresso vem tratando de mudar sua imagem, cuja deterioração é acentuada pelas pesquisas. É bom lembrar que o argumento preferencial de presidencialistas como o senador Ney Maranhão reside no fato de que, se a popularidade do Presidente da República vai mal, com aprovação inferior a 30 por cento da opinião pública, a do Congresso está pior, com 12 por cento. O empenho pessoal de Ibsen no caso Jabes recebeu críticas, mas o ponto de vista predominante é o de que se precisava mesmo defender a instituição, o que fez o presidente da Câmara.

Não basta para isso, porém, a implosão de um obscuro deputado de Rondônia. Injustamente para quem conhece a realidade salarial dos parlamentares, o Congresso ainda surge para o eleitor como um antro de mordomias e marajás. Pior, como um local em que não se trabalha. Cada vez que uma reportagem de tevê mostra o plenário vazio o impacto se acentua.

É a hora de se atacar também essa questão. Aproxima-se o final do ano e, com ele, as votações de afogadilho, apressadas e confusas, para se garantir o recesso. É algo de tão antigo quanto o abuso do instituto da imunidade. Será esta uma boa oportunidade para golpear mais um fator negativo — e as Mesas das duas Casas já perceberam isso.